

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCIV • Nº 126

Ministério Público Estadual

Recife, quarta-feira, 19 de julho de 2017

Nazaré da Mata adere ao Pacto dos Municípios pela Segurança Pública

Ao todo, 69 cidades já integram o projeto do MPPE, que prevê a adoção de medidas voltadas para redução da violência

Nazaré da Mata se tornou a 69ª cidade a aderir ao Pacto dos Municípios pela Segurança Pública, um projeto estratégico do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), que propõe dez medidas voltadas à redução da violência, da criminalidade e pelo ordenamento urbano. A assinatura ocorreu na segunda-feira (17), após uma audiência pública onde promotores do MPPE expuseram as vantagens das ações preventivas por parte das prefeituras, bem como as consequências positivas nos municípios que já as vêm implantando.

Após a assinatura do termo que formaliza a adesão, o município

deve colocar em prática iniciativas que contribuam com a diminuição da criminalidade. Ao final do prazo estabelecido pelo MPPE, uma comissão avalia o cumprimento dos eixos pactuados. De acordo com a pontuação, o município pode receber uma certificação nas categorias ouro, prata ou bronze, conforme as medidas efetivamente adotadas.

O prefeito de Nazaré da Mata, Inácio Manuel do Nascimento, assegurou que se empenhará para cumprir todas as metas. “Nazaré da Mata adere ao Pacto com absoluta certeza de que são medidas importantes para tornar o município mais seguro para os cidadãos”, comentou.

O interesse do município em ampliar a segurança aumentou após o recente assassinato de um adolescente, que foi baleado por outro adolescente ao ter seu aparelho celular roubado. “O crime comoveu a cidade. Assim, tivemos a iniciativa de propor à Prefeitura essa alternativa, que é um dos nossos projetos estratégicos e, prontamente, houve uma boa vontade em conhecê-lo por parte da administração municipal”, revelou a promotora de Justiça Maria José Mendonça

Municípios são avaliados e podem receber certificações ouro, prata e bronze

Queiroz, que atua em Nazaré da Mata. A promotora lembra que, mesmo antes da morte do adolescente, o número de homicídios

em Nazaré da Mata vem crescendo, sobretudo os ligados ao tráfico de drogas.

Já o chefe de gabinete do MPPE e idealizador do projeto, promotor de Justiça

Paulo Augusto

Oliveira, contextualizou a construção do Pacto, lembrando que ele que foca na participação mais efetiva do município para atuar preventivamente e, assim, ajudar

a coibir a insegurança pública, sem que seja necessário onerar demais os gastos da Prefeitura. “São medidas simples como melhorar a iluminação pública e cadastrar estabelecimentos, por exemplo. Nada que seja dispendioso”, pontuou Paulo Augusto Oliveira.

O coordenador do Centro de Apoio às Promotorias de Justiça Criminal (Caop Criminal), promotor de Justiça Luiz Sávio Loureiro Silveira, e o promotor de Justiça Sérgio Tenório explicaram, no evento de assinatura, os 10 eixos do Pacto para os presentes e como o projeto deve ser desenvolvido no município.

Saiba mais – O Pacto dos Mu-

nicipios pela Segurança Pública foi vencedor do Prêmio Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em 2015, na categoria Diminuição da Criminalidade. Lançado pelo MPPE no final de 2013, o projeto certificou, em dezembro do ano passado, seis municípios em reconhecimento ao cumprimento das metas previstas.

Até agora, os municípios de Gravatá e Triunfo receberam a certificação na categoria Ouro, enquanto Jaboatão dos Guararapes e Caruaru receberam o selo Prata. Já a certificação Bronze ficou com as prefeituras de Cachoeirinha, Bezerros e Petrolândia.

PARQUE DE VAQUEJADA EM PARANATAMA

Organizadores firmam TAC para resguardar direitos dos animais

Com o intuito de implementar medidas necessárias à proteção da integridade física e do bem-estar dos animais que participam da Vaquejada do Parque Paraná, em Paratama, o proprietário do parque de eventos firmou termo de ajustamento de conduta (TAC) perante o Ministério Público de Pernambuco (MPPE). Por meio do termo, ele se comprometeu a seguir as boas práticas que constam do regulamento da Associação Brasileira de Vaquejada (Abvaq), bem como permitir a fiscaliza-

ção do cumprimento dessas medidas durante o evento festivo, no mês de agosto.

Dentre as medidas recomendadas pelo promotor de Justiça Reus Alexandro Amaral para assegurar a proteção aos animais estão a disponibilização de água e comida para bovinos e equinos; o acompanhamento constante por médicos veterinários, a fim de atender os animais em caso de doença ou lesão provocada pela pega do boi; a separação de bois com chifres pontiagudos, que possam causar ris-

co aos competidores, às equipes de manejo e aos animais; e a proibição de os vaqueiros utilizarem freios, esporas ou outro tipo de equipamento que possa causar ferimentos aos bois.

A realização do evento foi comunicada antecipadamente ao representante do Ministério Público de Pernambuco em exercício na cidade da vaquejada para o controle adequado. Da mesma forma, qualquer caso de acidentes sofridos pelos animais durante a vaquejada deve ser comunicado ime-

diatamente e por escrito ao promotor de Justiça Ambiental, a fim de proteger a saúde e o bem-estar dos animais.

Em caso de descumprimento de qualquer das obrigações do termo, o proprietário do Parque Paraná, em Paratama, estará sujeito a multa de R\$ 10.000,00 por infração, com valores revertidos em favor do Fundo Estadual do Meio Ambiente.

O Termo de Ajustamento de Conduta foi publicado no Diário Oficial do dia 18 de julho de 2017.

ESMP/MPPE

Inscrições abertas para curso básico de Libras

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), através da Escola Superior do Ministério Público, abre inscrições para o curso básico de Língua Brasileira de Sinais (Libras), com um total de 30 vagas para membros e servidores da Instituição. O instrutor Marcos Vinicius dos Santos da Silva abordará, dentro do conteúdo programático, assuntos como o alfabeto em Libras, formação de nomes e expressões interrogativas, advérbios de tempo, lugar e modo, numerais, pronomes possessivos, pronomes pessoais e tipos de frases.

O curso de Libras oferecido pela Escola Superior do Ministério Público é dividido em módulos: Básico I, Básico II, Intermediário e Avançado, cada um dos quais com

duração de 6 meses. Atualmente existe uma turma em andamento do módulo intermediário, com previsão de término entre o mês de setembro e outubro. Segundo o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Cidadania (Caop Cidadania), a abertura de uma nova turma de curso básico vem para atender uma demanda apresentada ao setor.

As inscrições vão até o dia 31 de julho de 2017, por meio do formulário online disponibilizado na página www.mppe.mp.br; menu Institucional > Escola Superior > Cursos, Palestras e Seminários. Maiores informações podem ser obtidas pelos seguintes telefones: (81) 3182-7348 e 3182-7351, das 12 às 18 horas, de segunda a sexta-feira.

CERTIFICADO DIGITALMENTE

PORTARIA POR-PGJ Nº 1.341/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.956, de 19 de dezembro de 2005, publicada em 20 de dezembro de 2005;

CONSIDERANDO que a servidora solicitou averbação em ficha funcional de curso de pós-graduação em conformidade com os Artigos 50 e 51 da Lei nº 12.956, de 19 de dezembro de 2005, publicada em 20 de dezembro de 2005;

CONSIDERANDO que a servidora preencheu os requisitos para obtenção da promoção por elevação de nível profissional previstos na Lei 12.956/2005, entre os quais: ser ativa e ter cumprido o estágio probatório;

CONSIDERANDO que o curso de pós-graduação atende aos requisitos previstos na Lei 12.956/2005, ser reconhecido através de Portaria do MEC e ser relacionado com as atribuições do cargo;

CONSIDERANDO, ainda, o Parecer da Assessoria Jurídica Ministerial nº 193/2017;

RESOLVE:

PROMOVER POR ELEVAÇÃO DE NÍVEL PROFISSIONAL a servidora do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público de Pernambuco no cargo e classe, conforme tabela a seguir e obedecendo ao disposto na Lei nº 12.956/2005, retroagindo os efeitos financeiros ao dia 12/06/2017.

**QUADRO PERMANENTE
ATIVO**

Nome	Matrícula	Cargo/área/especialidade	Data de admissão	Classe	Observação
Michelle Von Sohsten de Sousa Magalhães	189.397-1	Técnico Ministerial – Área Administrativa	20/11/2012	C	Especialização em Direito Civil e Processual Civil – Processo nº 87091/2017.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 18 de julho de 2017.

Francisco Dirceu Barros
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

O EXMO. SR. CHEFE DE GABINETE, DR. PAULO AUGUSTO DE FREITAS OLIVEIRA, exarou os seguintes despachos:

Dia: 17/07/2017

Expediente n.º: 0016830-0/2017
Processo n.º: 0016830-0/2017
Requerente: **FERNANDO PORTELA RODRIGUES**
Assunto: Comunicações
Despacho: *Providenciado através da POR PGJ nº 1324/2017, publicada no DOE de 14/07/2017. Arquivo-se.*

Expediente n.º: 271/17
Processo n.º: 0016908-6/2017
Requerente: **EDUARDO LUIZ SILVA CAJUEIRO**
Assunto: Comunicações
Despacho: *Ciente. À Coordenadoria Ministerial de Gestão de Pessoas para anotar e arquivar.*

Expediente n.º: s/n/17
Processo n.º: 0016899-6/2017
Requerente: **GIANI MARIA DO MONTE SANTOS R. DE MELO**
Assunto: Comunicações
Despacho: *Ciente. À Coordenadoria Ministerial de Gestão de Pessoas para anotar e arquivar.*

Expediente n.º: 0017313-6/2017
Processo n.º: 0017313-6/2017
Requerente: **EDSON JOSE GUERRA**
Assunto: Requerimento
Despacho: *De ordem do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, encaminhe-se a SGMP para conhecimento e providências cabíveis.*

Expediente n.º: 063/17
Processo n.º: 0017404-7/2017
Requerente: **EMMANUEL CAVALCANTI PACHECO**
Assunto: Comunicações
Despacho: *À Coordenadoria Ministerial de Gestão de Pessoas para anotar e arquivar.*

Expediente n.º: s/n/17
Processo n.º: 0017485-7/2017
Requerente: **EDUARDO LEAL DO SANTOS**
Assunto: Solicitação
Despacho: *Cientificado o Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça. Registre-se, arquivando-se em pasta própria.*

Procuradoria Geral de Justiça, 18 de julho de 2017.

PAULO AUGUSTO DE FREITAS OLIVEIRA
Promotor de Justiça
Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça
(atuando sob delegação dada pela Portaria PGJ nº 1.251/2017)

O EXMO. SR. COORDENADOR DE GABINETE, DR. PETRUCIO JOSE LUNA DE AQUINO, exarou os seguintes despachos:

14.07.2017

Expediente n.º: s/n/17
Processo n.º: 0013376-2/2017
Requerente: **GAMA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS - EIRELI -EPP**
Assunto: Encaminhamento
Despacho: *Remeta-se às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Capital.*

Expediente n.º: s/n/17
Processo n.º: 0014455-1/2017
Requerente: **CNMP**
Assunto: Comunicações
Despacho: *Já providenciado. Arquivo-se*

Despacho: *Encaminhe-se à Coordenação Administrativa das Promotorias de Justiça de Goiana para distribuição.*

Expediente n.º: 1386/17
Processo n.º: 0015433-7/2017
Requerente: **3ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS A ENTORPECENTES DA CAPITAL**
Assunto: Comunicações
Despacho: *Ao CAOP Criminal.*

Expediente n.º: 057/17
Processo n.º: 0015441-6/2017
Requerente: **SDS**
Assunto: Encaminhamento
Despacho: *À Central de Inquéritos da Capital.*

Expediente n.º: 1534/17
Processo n.º: 0015543-0/2017
Requerente: **JUIZADO CRIMINAL DE OLINDA**
Assunto: Encaminhamento
Despacho: *À Assessoria Técnica em Matéria Criminal.*

Expediente n.º: 3090/17
Processo n.º: 0015554-2/2017
Requerente: **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
Assunto: Encaminhamento
Despacho: *Encaminhe-se à Promotoria de Justiça de Itapissuma.*

Expediente n.º: s/n/17
Processo n.º: 0015555-3/2017
Requerente: **CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA**
Assunto: Requerimento
Despacho: *Remeta-se à Promotoria de Justiça de Afrânio e à Coordenação Administrativa das Promotorias de Justiça de Afogados da Ingazeira para distribuição.*

Expediente n.º: 129/17
Processo n.º: 0015699-3/2017
Requerente: **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**
Assunto: Encaminhamento
Despacho: *Encaminhe-se ao CAOP de Defesa do Patrimônio Público para registro e distribuição.*

Expediente n.º: 262/17
Processo n.º: 0015707-2/2017
Requerente: **25ª VARA CÍVEL DA CAPITAL**
Assunto: Comunicações
Despacho: *Encaminhe-se à Central de Inquéritos da Capital.*

Expediente n.º: 1179/17
Processo n.º: 0015716-2/2017
Requerente: **JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE TIMBAÚBA**
Assunto: Encaminhamento
Despacho: *Ao CAOP Criminal para acompanhar o cumprimento da pauta.*

Expediente n.º: 1155/17
Processo n.º: 0015776-8/2017
Requerente: **3ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS A ENTORPECENTES DA CAPITAL**
Assunto: Comunicações
Despacho: *Ao CAOP Criminal.*

Expediente n.º: 1319/17
Processo n.º: 0015781-4/2017
Requerente: **3ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS A ENTORPECENTES DA CAPITAL**
Assunto: Comunicações
Despacho: *Ao CAOP Criminal.*

Expediente n.º: 012/17
Processo n.º: 0015786-0/2017
Requerente: **DÉCIMA OITAVA VARA CRIMINAL DA CAPITAL**
Assunto: Comunicações
Despacho: *Ao CAOP Criminal.*

Expediente n.º: 0015849-0/2017
Processo n.º: 0015849-0/2017
Requerente: **FRANCISCO ANTONIO SOUTO E FARIA**
Assunto: Comunicações
Despacho: *Encaminhe-se ao Colégio de Procuradores de Justiça.*

Expediente n.º: s/n/17
Processo n.º: 0015950-2/2017
Requerente: **MARCELO DE MATOS RAMOS**
Assunto: Comunicações
Despacho: *Ultrapassado. Arquivo-se.*

Expediente n.º: 158/17
Processo n.º: 0015416-8/2017
Requerente: **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**
Assunto: Encaminhamento
Despacho: *Encaminhe-se ao CAOP de Defesa do Patrimônio Público para registro e distribuição.*

Expediente n.º: 3275/17
Processo n.º: 0016084-1/2017
Requerente: **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
Assunto: Encaminhamento
Despacho: *Encaminhe-se às Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo da Capital.*

Expediente n.º: 3261/17
Processo n.º: 0016085-2/2017
Requerente: **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
Assunto: Encaminhamento
Despacho: *Remeta-se às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Capital.*

Expediente n.º: 398/17
Processo n.º: 0016321-4/2017

Requerente: **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
Assunto: Encaminhamento
Despacho: *Encaminhe-se à Central de Inquéritos da Capital.*

Expediente n.º: 389/17
Processo n.º: 0016328-2/2017
Requerente: **CÂMARA DOS DEPUTADOS**
Assunto: Comunicações
Despacho: *Encaminhe-se às Promotorias de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital com atribuição na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.*

Expediente n.º: 4217/17
Processo n.º: 0016335-0/2017
Requerente: **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
Assunto: Encaminhamento
Despacho: *Encaminhe-se à Coordenação Administrativa das Promotorias de Justiça de Paulista para distribuição.*

Expediente n.º: 161/17
Processo n.º: 0016338-3/2017
Requerente: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO**
Assunto: Encaminhamento
Despacho: *Remeta-se à 30ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital.*

Expediente n.º: 2850/17
Processo n.º: 0016352-8/2017
Requerente: **1ª VARA DA COMARCA DE PETROLÂNDIA**
Assunto: Encaminhamento
Despacho: *Ao CAOP Criminal para acompanhar o cumprimento da pauta.*

Expediente n.º: 353/17
Processo n.º: 0016441-7/2017
Requerente: **ADAGRO**
Assunto: Encaminhamento
Despacho: *Remeta-se à Promotoria de Justiça de Triunfo.*

Expediente n.º: 129/17
Processo n.º: 0016464-3/2017
Requerente: **INSTITUTO SOU DA PAZ**
Assunto: Solicitação
Despacho: *Ao CAOP Criminal para as providências necessárias.*

Expediente n.º: 009/17
Processo n.º: 0016523-8/2017
Requerente: **SECRETARIA DE SAÚDE SO ESTADO DE PERNAMBUCO**
Assunto: Solicitação
Despacho: *Encaminhe-se à Coordenação Administrativa das Promotorias de Justiça de Paulista para distribuição.*

Expediente n.º: s/n/17
Processo n.º: 0016547-5/2017
Requerente: **DIOGO MOREIRA DA SILVA**
Assunto: Encaminhamento
Despacho: *À Central de Inquéritos da Capital.*

Expediente n.º: 1442/17
Processo n.º: 0016552-1/2017
Requerente: **3ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS A ENTORPECENTES DA CAPITAL**
Assunto: Comunicações
Despacho: *Ao CAOP Criminal.*

Expediente n.º: s/n/17
Processo n.º: 0016601-5/2017
Requerente: **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
Assunto: Encaminhamento
Despacho: *À Central de Inquéritos da Capital.*

Expediente n.º: s/n/17
Processo n.º: 0016928-8/2017
Requerente: **AMARO GUSTAVO DA SILVA**
Assunto: Encaminhamento
Despacho: *Remeta-se à 1ª Promotoria de Justiça de Catende.*

Expediente n.º: 169/17
Processo n.º: 0017132-5/2017
Requerente: **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
Assunto: Encaminhamento
Despacho: *À Central de Inquéritos da Capital.*

Expediente n.º: s/n/17
Processo n.º: 0017135-8/2017
Requerente: **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
Assunto: Encaminhamento
Despacho: *Encaminhe-se à Central de Inquéritos da Capital.*

Expediente n.º: 005/17
Processo n.º: 0017172-0/2017
Requerente: **SENACON**
Assunto: Comunicações
Despacho: *Encaminhe-se ao CAOP de Defesa do Consumidor.*

Expediente n.º: 23261/17
Processo n.º: 0017241-6/2017
Requerente: **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**
Assunto: Comunicações
Despacho: *Encaminhe-se ao CAOP - Saúde.*
Expediente n.º: S/N/
Processo n.º: 0000474-6/2017
Requerente: **RICARDO LUIZ WANDERLEY PESSOA DE MELO**
Assunto: Solicitação
Despacho: *Encaminhe-se à Coordenação Administrativa das Promotorias de Justiça de Jaboatão dos Guararapes para distribuição.*

Expediente n.º: 500/17
Processo n.º: 0015409-1/2017
Requerente: **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

